O Jornal Económico

TALKS

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JEtv, em www.jornaleconomico.pt

Conheça as melhores estratégias para poupar no atual contexto de inflação e incerteza.
Esperamos por si!

27 janeiro | 17h00

Com o apoio de: OPTIMIZE Investment Partners | wtw

Soluções de Poupança e Reforma

INFLAÇÃO A QUANTO OBRIGAS. FUTURO ESTÁ NAS APLICAÇÕES COM RISCO E DE LONGO PRAZO

Manter o nível de poupança obriga a arriscar em algo que supere a inflação. Mas as aplicações convencionais como os depósitos bancários e os depósitos estruturados só voltarão a ser opção quando os juros subirem de forma expressiva. Até lá a poupança pode ser feita pelos particulares ou pelas empresas, através de fundos de investimento, fundos de pensões, seguros com capitalização, PPR ou aplicações diretas em ações, obrigações ou produtos complexos com subjacentes. A poupança passou a ficar indexada à volatilidade dos mercados.

ANÁLISE

Vamos acreditar que os bancos centrais conseguem controlar a inflação

Christine Lagarde, a presidente do Banco Central Europeu, acredita que a inflação elevada possa perder força no segundo semestre de 2022. ■ P2

PRODUTOS DE POUPANÇA

Quanto mais elevado o nível de risco, maior o retorno ■ P4

POUPAR E INVESTIR

Aplicações de risco serão mais rentáveis em 2022 ■ P6

FÓRUM

Qual a melhor solução/produto para acautelar a reforma? ■ P8

ANÁLISE

Vamos acreditar que os bancos centrais conseguem controlar a inflação

Christine Lagarde, a presidente do Banco Central Europeu, acredita que a inflação elevada possa perder força no segundo semestre de 2022. Todos os cenários partem desta premissa e a estratégia para a poupança não foge à regra.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

"Os países desenvolvidos deverão seguir políticas monetárias e orçamentais ainda acomodatícias". Esta é uma conclusão da equipa de research do Millennium bcp e que reflete o consensos dos analistas contactados. E é a partir desta premissa que os gestores estão a apostar nas estratégias ao nível da poupança e da reforma.

"A inflação não será permanente acima dos 5%, mas irá permanecer acima do objetivo do banco central (BCE), que é de 2%", afirma Pedro Lino, CEO da Optimize. A contribuir para a escalada de preços, adianta o responsável, está a pressão dos combustíveis, da eletricidade e do gás, que irá permanecer no tempo. Pedro Lino salienta que a Europa depende muito do gás e que o escalar do conflito Rússia/Ucrânia apenas agrava a situação. A nível de logística, afirma, temos "disrupções momentâneas e alterações de consumo, como é o caso dos chips". Este cenário de escassez de chips – que afeta várias indústrias, mas com destaque para o setor automóvel – irá permanecer durante mais um ou dois anos, estima. E conclui que a inflação futura "não irá acontecer ao ritmo dos 5% atuais, mas seguramente ficará acima dos 3%".

Temos dificuldade em ver uma inflação persistente durante muito tempo, a inflação será mais elevada mas todos os fatores de longo prazo como a demografia e a sobrecapacidade instalada nas indústrias não permitirá uma subida de preços exponencial

As decisões dos bancos centrais ao longo de 2022 serão determinantes para a proteção do dinheiro, perante a eventual escalada inflacionista e consequente necessidade de uma política monetária restritiva com a subida dos juros. A posição da Reserva Federal e do BCE é diferente, até porque as geografias económicas estão em estádios diferentes de recuperação económica e esta tem tido um efeito avassalador sobre os preços da energia e de outras matérias-primas, com a Europa a ressentir-se e a inflação média a ultrapassar em muito a fasquia dos 2% desejados pelo BCE. Em dezembro significou um pico na erosão do dinheiro, com a inflação a situar-se em torno dos 5%. Mas Christine Lagarde, presidente do BCE, está confiante e espera que a inflação caia e volte ao nível pretendido. E, mais recentemente, o vice-presidente do BCE Luis de Guindos dizia que a inflação na zona euro "não é transitória, como estimavam as previsões há alguns meses". Num recente comentário relativo à colocação de Obrigações do Tesouro pelo IGCP, Filipe Silva, diretor de Investimento do Banco Carregosa afirmava que "uma inflação persis-

Lusa

tente, elevados preços da energia, interrupção da cadeia de abastecimento e os efeitos da nova variante do vírus" são fatores que levaram a uma subida generalizada dos prémios de risco. No entanto, o *consensus* diz-nos que, a haver subida da taxa de juro diretora, tal irá acontecer no início de 2023".

Já Rui Machado, diretor de Investimento da gestora IMGA, afirma ao JE: "Antecipamos o regresso ao normal e não prevemos taxas ao nível do que tivemos há uns anos, a normalização pode ir para o nível de 1% a 2%, o que já é um valor incrivelmente superior ao que existe na atualidade". O BCE, nota o responsável, usou um termo feliz para descrever o atual nível de inflação como "transitório" e acrescenta que esta palavra "dá para tudo, sobretudo permite que os bancos subam as taxas, mas não de forma muito agressiva". Mas os analistas da gestora têm "dificuldade em ver uma inflação persistente". "A inflação será mais elevada, mas todos os fatores de longo prazo – como a demografia e a sobrecapacidade instalada nas indústrias – não permitirão uma subida de preços exponencial. Acredito que daqui a dois anos falaremos de sobrecapacidade e de preços a baixar", salientou.

Como proteger a poupança

Para responder vamos pôr cenários: o que se espera de um agravamento da inflação e de uma consequente subida dos juros. A intensidade do *tapering*, ou seja, da retirada de estímulos, alterando a política monetária de acomodatícia para restritiva, irá ditar a orientação dos mercados, enquanto a intensidade de subida dos juros irá orientar as soluções de proteção que os investidores irão escolher.

A primeira questão que se coloca é perceber se no mercado existem instrumentos com ausência de risco ou com risco controlado que permitam ganhos anuais iguais ou superiores à inflação. O INE divulgou o valor final de inflação média em Portugal para 2021 que se situou em 1,3%, depois de previsões de 0,9% (em dezembro, a variação homóloga da taxa de inflação portuguesa foi estimada nos 2,8%). Se olharmos para instrumentos financeiros, como os depósitos a prazo tradicionais, constata-se que nem sequer as propostas para depósitos de prazos curtos e que têm a função de captação de clientes conseguem superar o valor da inflação previsto. E o mesmo acontece com depósitos estruturados com garantia de capital e em que o resultado final vai depender de um subjacente, geralmente ações. Aqui o risco é perder exatamente o valor da erosão. E quando falamos em aplicações em produtos do Estado, nomeadamente Certificados do Tesouro, o resultado não é muito diferente. Como vimos, a escolha dos ativos de defesa depende do nível de inflação. José Brandão de Brito, economista-chefe do Millennium bcp, explica que se a inflação for transversal os ativos de defesa "são os ativos reais, imobiliário residencial, ações de empresas não cíclicas, como as *utilities* da saúde e isto porque são atividades pouco afetadas pela subida dos preços". Acrescenta que, "historicamente, os metais preciosos têm uma correlação boa em termos de preservação de valor".

Frisa que as ações de defesa por parte dos investidores dependem do que acontecer à política monetária. A situação atual, com juros negativos e a inflação a subir, beneficia o crescimento nominal e neste cenário é interessante avançar com investimentos, sendo favorecidas as ações mais cíclicas. Mas se, pelo contrário, as taxas de juro subirem, o impacto sobre o investimento é negativo e os principais veículos de preservação são o imobiliário e as empresas menos cíclicas. E conclui que, "se a inflação for elevada, é de evitar ter grande parte de valores em *cash* ou com produtos semelhantes já que se haverá uma perda do poder de compra". E mais. Diz que em caso de taxa de juro real elevada, uma das melhores formas de preservação do capital é aplicar nos esquecidos depósitos a prazo, já que estas taxas irão acompanhar a inflação e, dessa forma, deixar o dinheiro no banco a render.

Ações

Uma outra possibilidade de risco para quem se quer proteger da inflação é aproveitar o "rally" das ações que ainda vem de 2021. E que tudo indica que irá continuar se as políticas monetárias dos EUA e na Europa não sofrerem ruturas abrutas, ou seja, a política não passar a ser marcadamente restritiva. Diz Pedro Lino, da Optimize, que, para "quem olha para o longo prazo, os ativos de risco continuam a ser a melhor opção para a proteção das poupanças da inflação, sobretudo num período como o atual, em que se pratica a gestão de expetativas por parte dos bancos centrais, com estes a anunciarem subidas de juros para os agentes económicos se irem adaptando". Mas o que teremos, avança, "é um período de grande volatilidade, com trimestres em que as ações sobem 20%, seguido de outro em cairão 10%. Por outro lado, nos EUA o ativo líquido, o cash, passará a ser remunerado, e passará a ser visto como um ativo de refúgio, que não era até agora. Com taxas de 1% a 1,5%, a liquidez passará a ser um ativo e teremos fluxos entre ações, liquidez e obrigações. E friso: a volatilidade irá aumentar muito nos próximos dois anos".

Questionado sobre estratégias para produtos ligados à reforma, Pedro Lino diz que "quem pensa na reforma tem de ter em conta os objetivos de longo prazo. As empresas que tenham liquidez podem subscrever PPR e ir para fundos de investimento mistos ou fundos de obrigações que tenham uma maior componente de obrigações indexadas à inflação. Por outro lado, para os próximos dois anos, o nosso cenário central indica que as obrigações de governos serão um péssimo investimento, tal como já o são atualmente". E sobre a opção por fundos multi-ativos que geraram bons resultados em 2021, diz que vão ter maior volatilidade. "As obrigações desta classe com risco 5 ou 6 têm uma exposição elevada a ações e, nesta ótica, é preciso ter em atenção que existirá uma rotação de setores, caso de tecnologia e outras empresas com boa performance. Vão ser alvo de vendas e essa rotação pode, mais uma vez, trazer volatilidade". Pedro Lino recomenda risco moderado, ou seja para o longo prazo não se deve ir além do nível 3. Adianta que o nível 5 ou superior continua a ser muito interessante na atualidade, mas tudo depende "do horizonte temporal e da capacidade do investidor em conseguir dormir!".

Na mesma linha, Nuno Serafim, CFO da 2iQ Research, refere que há grandes alterações sobre os sectores de investimento para o futuro, com a pandemia a acelerar o processo de digitalização das economias e a obrigar a adotarem políticas mais sustentáveis. Nuno Serafim acredita que perante um *tapering* mais agressivo nos EUA, a par de algum abrandamento económico, embora a crescer acima do potencial, "a inflação deverá desvanecer-se na segunda metade de 2022". Entretanto "poderá acontecer uma correção do mercado, pois os índices estão em máximos, com níveis de liquidez muito elevados, mantêm-se grandes incentivos fiscais e os múltiplos das empresas estão muito altos. É perfeitamente normal que aconteça uma correção dos índices da ordem dos 10% a 20%". Acrescenta que, neste cenário de correção do *equity* em 2022, "tipicamente os investidores optariam pelo mercado obrigacionista, mas este é desinteressante com os "treasuries" a 10 anos nos EUA a situarem-se em 1,4%, o que não paga a inflação, pois a taxa de juro real é negativa". A política monetária e fiscal é desincentivadora para os mercados obrigacionistas, acrescenta.

Em termos macro não existe nenhum problema estrutural como em 2008, nem uma pandemia como a de 2020. Sendo que o atual momento continuará a condicionar a cadeia de valor e a logística e pode ter um impacto que não será prolongado, na taxa de inflação. Acrescenta o gestor que "migrar o investimento para obrigações não é uma alternativa duradoura". No outlook da Schroders do início de janeiro sobre o mercado obrigacionista, Paul Grainger e James Bilson acreditam em mercados emergentes com aplicações em moedas locais durante este 1º trimestre. De qualquer forma a análise pode sofrer alterações à medida que os bancos centrais se forem apercebendo até que que ponto o nível de inflação persiste em manter-se elevado.

Para quem faz poupança de longo prazo a alternativa "é balancear com fundos multi-ativos com taxa fixa e ações que procuram colmatar o risco de volatilidade sem perda do "up-side".

Ajuda à segurança social

Quando se fala em investimento para reformas no longo prazo, a primeira questão a ter em conta, releva fonte da área seguradora, é o facto de a Segurança Social não poder assegurar 100% do salário do contribuinte. Diz que em determinado momento conseguiu garantir 80% do último salário, mas as condições de acesso foram sendo alteradas e atualmente é valorizada toda a carreira contributiva, o que significa menos reforma, pois as maiores contribuições foram, na generalidade dos casos, os últimos anos. Nessa ótica, os particulares devem constituir um PPR ou um seguro de capitalização ou fazer poupanças em depósitos, enquanto as empresas poderão, através do chamado Segundo Pilar da segurança social, fazer contribuições adicionais para os funcionários. E estes três níveis de contribuições poderão permitir manter o nível de rendimentos no período pós vida ativa. A mesma fonte frisa que para se conseguir este objetivo terão de existir mecanismos de apoio, isenção de taxa social única e incentivos fiscais. As companhias de seguros têm sido os atores mais interventivos neste tema pois têm capacidade para atuar ao nível do Segundo Pilar. A banca é um dos setores mais prejudicados pois apenas releva o salário base e não toda a série de complementos que têm. Aliás, um estudo da OCDE de 2019 assinalava que o sistema de pensões português está sob stresse. A população não irá ultrapassar os nove milhões de pessoas em 2050, contra 10,7 milhões de habitantes em 2009. Preveem que em 2050 existirão sete pessoas com mais de 65 anos para cada 10 pessoas no ativo, o que compara com o rácio de 1 para 5 há 40 anos. A utilização do imobiliário como poupança principal a ser usada no final da vida ativo é outro modelo que terá de ser desenvolvido, alertou o mesmo gestor.

"O risco é quase inevitável nas carteiras, afirma Rui Machado, diretor de Investimento da gestora IMGA. Afirma que "as empresas continuam as repassar a subida de preços para o consumidor sem estarem a afetar a relação com a procura, ou seja, as pessoas não deixaram de consumir". Adianta que se as taxas continuarem a subir irão colocar-se questões de política orçamental, e vai haver espaço para a subida de preços e os resultados das empresas vão continuar fortes. Rui Machado diz que o mercado acionista pode vir a desvalorizar pelo risco de taxas de juro, mas se estas mesmas taxas estabilizarem dentro de um nível próximo do zero, o mercado acionista irá estabilizar. Para quem faz poupança de longo prazo a alternativa "é balancear com fundos multi-ativos com taxa fixa e ações que procuram colmatar o risco de volatilidade sem perda do "up-side". ■

PRODUTOS DE POUPANÇA

Quanto mais elevado o nível de risco, maior o retorno

Os melhores produtos de poupança em 2021 foram aqueles que aproveitaram o rally de ações. O nível de risco 5 resultou em retornos muito elevados.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

Os fundos de investimento mobiliários (FIM) vocacionados para aplicações em ações da América do Norte e ações europeias foram aqueles que registaram as melhores performances. Os 10 melhores FIM registaram rendibilidades anuais entre os 20% e os 30% anualizados a 7 de janeiro último, mas a generalidade dos fundos têm nível de risco 5 e dois deles têm o nível de risco máximo, que é 6. Estas informações são da APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimoniais. Na prática, boas rendibilidades implicam risco elevado e o ano de 2021 foi particularmente bom neste rally das ações de empresas cotadas nos mercados norte-americano e europeu. Diferente foi aprestação de mercados emergentes, que sofreram duramente com a crise de abastecimentos, com a subida do preço da energia e com a paragem forçada de atividades devido à pandemia.

Em detalhe, os melhores produtos de investimento e poupança foram da gestora IMGA, o IMGA Global Equities Selection categoria A e o IMGA Ações América categoria A, o primeiro inserido na categoria de fundo de ações globais e o outro na categoria de fundos de ações da América do Norte, e com rendibilidades, em 2021, de 30,2% e 29,8%. Muito próximos ficaram os fundos BPI América classe D e Caixa Ações Líderes Globais, com rendibilidades acima dos 28%, sendo que o gerido pela Caixa Gestão de Ativos tem um volume sob gestão de quase dois mil milhões de euros. Os restantes fundos mobiliários apenas têm algumas dezenas de milhões de euros. No ranking dos 10 melhores FIM estão ainda fundos do BPI, da Caixa, do Montepio e da IMGA.

Os melhores produtos de investimento e poupança foram da gestora IMGA, o IMGA Global Equities Selection categoria A e o IMGA Ações América categoria A

Uma outra aplicação vencedora em 2021 foi nos fundos de investimento imobiliários. Fruto do bom comportamento do mercado de logística, do residencial e da manutenção do nível de preços no mercado de escritórios, a par de poucas perdas de inquilinos e de recuperação dos negócios em 2021 depois de um ano em 2020 com encerramentos de espaços devido à pandemia, os FII abertos de acumulação e abertos de rendimento revelaram valores de rendibilidade anualizada interessantes. Sendo um mercado que não se assemelha à vertente acionista, pelo facto de estar bastante mais protegido perante a volatilidade dos valores, as rendibilidades acima dos 3% são interessantes e tornam este modelo de poupança e investimento atrativo para contornar a erosão da inflação. Os FII têm um senão: o período de resgate, que torna esta solução inadequada para quem necessita de liquidez rápida. Registaram-se bons valores de rendibilidade anualizada a novembro último, de acordo com os dados da APFIPP para o NB Património, gerido pela GNB Real Estate, e gerou 5,5%, enquanto o Fundimo, dentro dos fundos abertos de rendimento, gerou 4,34% e o VIP, da gestora Silvip, conseguiu 3,62%. Nos fundos imobiliários de acumulação, e ainda de acordo com a APFIPP, as melhores performances foram o fundo AF Portfólio Imobiliário da Interfundos e o CA Património Crescente da Square Asset Management, com 4,72% e 4,35% de rendibilidade anualizada, respetivamente.

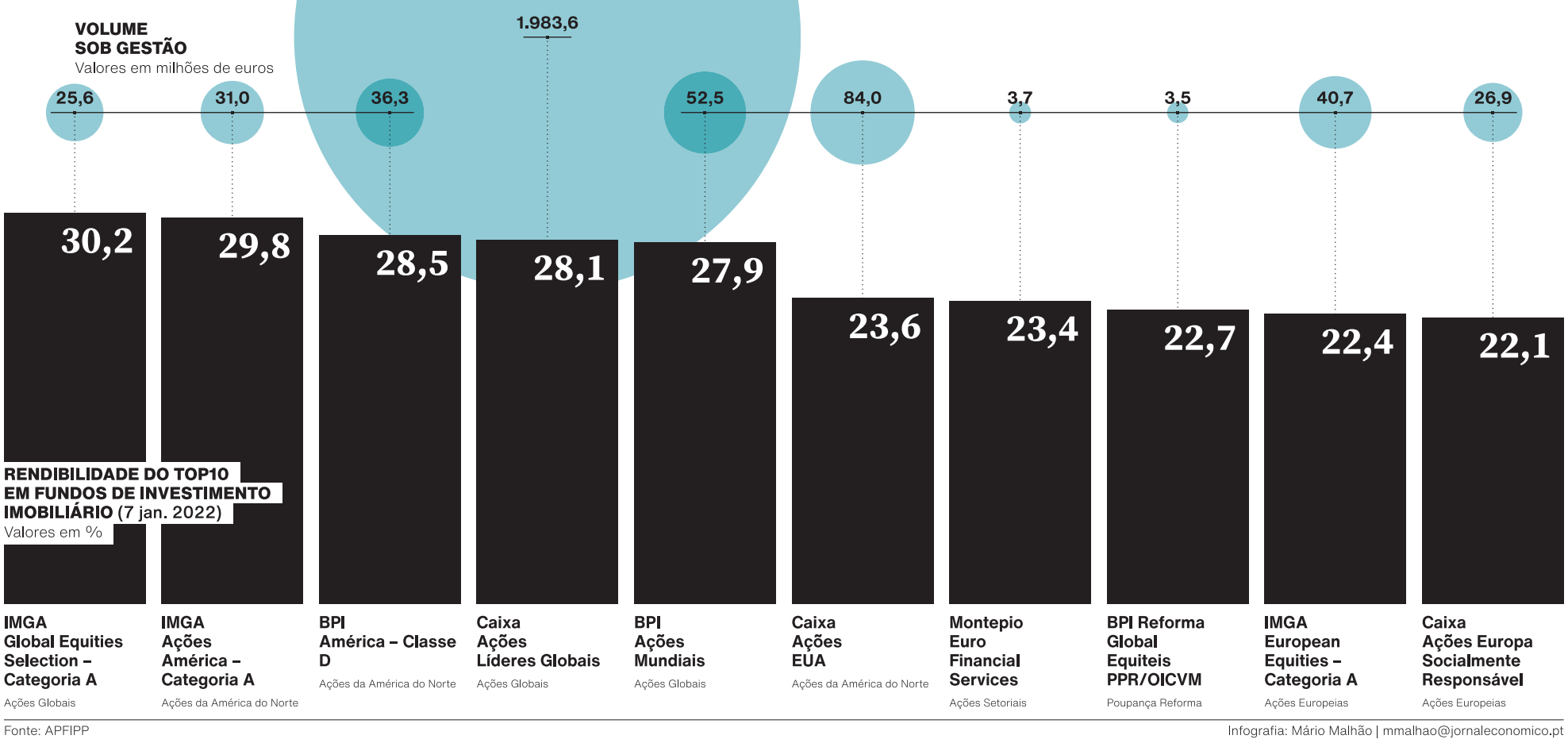
Risco compensa

Os fundos multi-ativos acabaram por ser uma alternativa que Rui Machado, diretor de Investimentos da gestora IMGA, releva. E isto porque conseguiram obter a rendibilidade da vertente acionista misturado com taxa fixa e, desta forma, geraram rendimentos médios muito interessantes, sem estarem excessivamente expostos ao equity. Nos multi-ativos moderados foram geradas rendibilidades acima de 4% e de 5%, destacando-

POUPANÇA

O RISCO COMPENSA PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIOS

Quanto maior o risco mais elevada é a rendibilidade nos melhores fundos de investimento nacionais. Entre os melhores as valorizações oscilam entre os 22% e um máximo de 30% obtidos durante 2021. De realçar que para além do nível de risco elevado, com alguns no nível seis, os melhores fundos de investimento têm sob gestão apenas algumas dezenas de milhões de euros. A exceção é para um fundo da Caixa Gestão de Ativos (grupo Caixa), o "Caixa Ações Líderes Globais", com quase dois mil milhões de ativos sob gestão.



Fonte: APFIPP

Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

se o fundo Montepio Global, que a um ano gerou 5,27%, enquanto o fundo "Caixa Investimento Socialmente Responsável atingiu 5,23%. Nos fundos multi-ativos equilibrados os resultados foram claramente superiores devido ao maior peso acionista e vários dos fundos ficaram acima dos 8% em 2021, destacando-se a performance do fundo BPI Seleção, com 10,89% de rendibilidade anualizada, segundo a APFIPP. Nos multi-ativos agressivos houve fundos com valores entre os 13% e 16% de rendibilidade, destacando-se o fundo NB Dinâmico, com 16,09% de rendibilidade anualizada. Esta foi uma tendência verificada ao longo do ano passado, em que as aplicações de risco foram uma constante.

Rendibilidades interessantes nos Fundos de Poupança Reforma

Os Fundos Poupança Reforma foram outra alternativa para preparar a vida pós-ativa. Na classificação da APFIPP estão divididos por nível de risco e isso significa ter mais, ou menos, ativos de risco. Dado o bom comportamento da vertente acionista em 2021 é claro que apenas a partir do nível de risco 4 é que foi possível obter rendibilidades que superaram o indicador da inflação. Alguns resultados muito interessantes foram obtidos pelo PPR da SGF com valores entre os 9% e 13,4%; ou ainda pelo fundo da IMGA com quase 9% e rendibilidade; ou entre os 6% e 7% temos fundos PPR do BIG e da Optimize. Com os níveis 5 e 6 de risco há resultados excelentes acima dos 11% de rendibilidade anualizada, destacando-se o fundo BPI Reforma Global Equities PPR com uma rendibilidade anualizada e 22,67%.

A nível de gestoras o maior volume de ativos pertence ao grupo Caixa, com a Caixa Gestão de Ativos, com valores próximos dos 9,5 mil milhões de euros. Os grupos Santander e Novobanco fecharam o "top3" em termos de volumes sob gestão. A dívida pública era a classe ativos com maior peso nas carteiras dos gestores de patrimónios, indica a APFIPP, que usa informações de novembro último. A dívida pública representava 44,3% dos ativos nas carteiras de gestão de patrimónios, seguida de fundos de investimento mobiliários, que significavam mais 22,6% da carteira. Depois existiam as obrigações diversas, a liquidez e ainda as ações e os fundos imobiliários. Os ativos estavam representados por euros em 93,5% dos casos, enquanto a moeda norte-americana representava 5,7% da moeda dos ativos e a libra esterlina cerca de 0,3%. Existia ainda 0,5% de ativos representados por outras moedas, caso do franco suíço e do iene.

Bons resultados no imobiliário

E quando se fala em poupança em Portugal é inevitável falar de imobiliário. Para o pequeno aforrador, a solução tem sido comprar para especular e revender ou, em alternativa, reabilitar para arrendar. Números do Confidencial Imobiliário revelam que o preço das casas subiu 12,2% em 2021, em termos gerais no país. E se olharmos os números desde o arranque da pandemia, em março de 2020, a subida do preço das casas foi da ordem dos 13,7%, segundo a mesma fonte. A maior subida aconteceu depois de abril último e o último trimestre registou uma valorização de 3,9%.

Preços das casas a subir mais em Lisboa do que no Porto

Por seu lado, um relatório recente publicado no site Idealista indica que a média do preço das casas em Portugal, em 2021, subiu 8,3%. Sendo que os preços continuam a subir em Lisboa, com mais 6,7% e no Porto com mais 2,2% e estes são os locais onde o preço por m2 estava mais elevado. No entanto, outras cidades registaram subidas expressivas em 2021, caso de Aveiro com mais 22,8%, Setúbal com mais 17,1% e Braga com mais 13,2%. Neste comparativo entre 2021 e 2020, o Idealista conclui que no *ranking* dos distritos mais caros está Lisboa com o preço na habitação a situar-se nos 3.725 euros/m2 e Faro a atingir os 2602 euros/m2. Em Lisboa–Centro o preço médio atingiu os 4.992 euros/m2 e no Porto–Centro os 3.014 euros/m2. O imobiliário residencial e de escritórios é uma oportunidade, mas tem riscos, nomeadamente o ambiente regulatório para o financiamento de famílias e empresas e a evolução da economia, que irá potenciar mais procura e poder de compra, ou o inverso. De qualquer forma, o investidor médio nacional gosta do imobiliário e de ter betão ou terra, alertam analistas. Independentemente de os custos com a reabilitação e construção estarem a subir, sobretudo devido aos constrangimentos logísticos dos materiais importados, a opção pela vertente imobiliária continua a ter adeptos entre os aforradores nacionais. A procura em Portugal continental está longe de ter a mesma intensidade em todos os locais, com as cidades de interior a registarem um preço considerável mais baixo do que as três regiões mais fortes: Lisboa, Porto e Algarve. ■

Nos multi-ativos moderados foram geradas rendibilidades acima de 4% e de 5%, destacando-se o fundo Montepio Global que a 1 ano gerou 5,27%

PUB

OPTIMIZE
Investment Partners

SOLUÇÕES DE **INVESTIMENTO PARA TODOS** OS PERFIS DE RISCO

PLANOS POUPANÇA REFORMA
RENTABILIDADES ANUALIZADAS

Fundos PPR	Max. Acções	2021	5 anos	Desde início	Risco
PPR Agressivo	100%	+18,3%	Criado em 2018	+11,20%	5
PPR Ativo	55%	+9,90%	+4,34%	+4,72%	4
PPR Equilibrado	35%	+6,00%	+2,31%	+3,75%	4
PPR Moderado	15%	+2,80%	+2,34%	+3,57%	3

FUNDOS DE INVESTIMENTO
RENTABILIDADES ANUALIZADAS

Fundos de investimento	Subscrição mínima	2021	5 anos	Desde início	Risco
Optimize Global Flexible Fund (Ações Mundiais, Fundo Flexível)	100€	+19,3%	+7,81%	+6,22%	5
Optimize Europe Value Fund (Ações Europeias, Fundo Flexível)	100€	+19,8%	+3,75%	+4,10%	5
Optimize Global Bond Fund (Obrigações Mundiais, Fundo Puro)	100€	+0,90%	+2,31%	+3,80%	3

NOVOS FUNDOS LANÇADOS EM 2021

DISRUPTION FUND
INVESTIMENTO EM EMPRESAS DISRUPTIVAS

PORTUGAL GOLDEN OPPORTUNITIES
ELEGÍVEL PARA O GOLDEN VISA MERCADO PORTUGUÊS

LFO RISE US
EXPOSIÇÃO AO MERCADO AMERICANO

LFO PPR LEOPARDO
PPR COM EXPOSIÇÃO AO MERCADO AMERICANO

PORQUE ESCOLHER A OPTIMIZE?

- POSSIBILIDADE DE **TRANSFERIR O SEU PPR SEM CUSTOS**
- **PARCERIAS COM A DECO PROTESTE**
- ABERTURA DE CONTA **100% ONLINE E RÁPIDA**
- CONSULTA E OPERAÇÕES NO **ESPAÇO CLIENTE**
- SOCIEDADE GESTORA **INDEPENDENTE E PREMIADA**

DISCLAIMER
As rentabilidades divulgadas representam dados passados e não constituem uma garantia de rentabilidade futura. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os fundos geridos pela Optimize Investimento são fundos de investimento mobiliário, cujos prospetos completos e IFI se encontram disponíveis nas entidades comercializadoras. As taxas de rentabilidade mencionadas são líquidas de comissão de gestão e de depósito, de custos de auditoria e de taxa de supervisão. Os valores divulgados têm implícita a fiscalidade suportada pelo organismo de investimento coletivo e impende sobre o investidor o eventual pagamento de impostos sobre as mais-valias. O investimento no organismo de investimento coletivo pode implicar a perda do capital investido. As medidas de rentabilidade anualizadas divulgadas, calculadas tendo por base um prazo superior a um ano, só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência. As rentabilidades anuais médias referidas têm em conta o valor da UP a 31-12-2021.

VISITE OPTIMIZE.PT

Cristina Bernardo

POUPAR E INVESTIR

Aplicações de risco serão mais rentáveis em 2022

O novo ano será marcado por dois constrangimentos para quem quer poupar: a pressão inflacionista e o fraco desempenho das aplicações de capital garantido. Produtos que beneficiem da valorização das bolsas podem ser opção.

JOSÉ CARLOS LOURINHO
jlourinho@jornaleconomico.pt

O contexto económico do novo ano faz com que a poupança seja um verdadeiro desafio. Essa é a convicção de António Ribeiro, especialista em produtos de poupança e economista da Deco Proteste, em entrevista ao JE. Apesar de Portugal registar uma taxa de poupança recorde – estima-se que os depósitos bancários atinjam neste momento os 172 mil milhões de euros – este economista adverte para dois aspetos que devem ser tidos em conta quando o tema passa pela poupança. São estes: o fraco desempenho das aplicações de capital garantido e uma questão que será incontornável no novo ano, a inflação.

Dois obstáculos à poupança

Esclarece António Ribeiro que o rendimento das aplicações de capital garantido, como depósitos ou títulos do tesouro, "são aplicações em que o rendimento é muito baixo ou praticamente nulo. Aliás, em muitos depósitos, sobretudo nos grandes bancos, o rendimento é mesmo nulo". Além disso, este especialista adverte para a preocupação associada à inflação: "Podemos dizer que a pressão inflacionista e as perspetivas de subida da inflação fazem com que o rendimento real das poupanças seja negativo: portanto, as pessoas vão ver o dinheiro perder valor". Neste enquadramento, o que podem esperar os investidores para 2022? Explica este economista que a Deco Proteste tem alguma dificuldade em encontrar aplicações com um "rendimento aceitável": "Vai ser muito difícil as pessoas, por um lado sentirem-se motivadas para tirar o dinheiro das contas à ordem ou mesmo a prazo, e fazerem uma poupança de médio longo prazo".

Risco é opção?

Sendo o novo ano um período pouco favorável para investimentos de capital garantido, poder-se-á dizer que o risco é uma opção? O economista da Associação de Defesa do Consumidor acredita que esse aspeto terá de ser levado em conta: "A solução vai ter que passar por arriscar um pouco", defende. "A alternativa passa por procurar aplicações que tenham algum risco, mas que, potencialmente, possam ser mais rentáveis. Mas atenção: não estou a dizer que as pessoas devam colocar todas as poupanças que têm em produtos de risco; uma boa alternativa de investimento passa canalizar uma parte das poupanças para produtos que beneficiem da valorização das bolsas", explica António Ribeiro. Nesse leque, destaca o economista, "existem vários produtos direcionados para essa alternativa, como os fundos de investimento, que são conhecidos, mas por exemplo os PPR sob a forma de fundo, que não têm capital garantido, mas têm algum investimento em ações e a longo prazo, o potencial de rendimento será superior". Conclui que "para quem quer obter algum retorno do investimento, uma parte das poupanças deverá ser canalizada para esses produtos".

O que ter em conta?

António Ribeiro realça que os produtos de maior risco "nunca se destinam a obter proveitos a curto prazo". "Não posso fazer uma poupança em fundos de investimento ou num fundo PPR a pensar que vou resgatá-lo daqui a um ano ou dois porque como seu rendimento varia em função das bolsas, poderá acontecer que num ano as bolsas não estejam tão bem e o rendimento seja negativo. Naturalmente que, se houver algum resgate nessas condições, podem perder parte do dinheiro. Portanto, esse tipo de investimento tem que ser visto numa ótica de médio longo prazo, tanto nos fundos de investimento como num fundo PPR", destacou este especialista.

Um relatório recente da Comissão Europeia indicava que as pensões de reforma vão sofrer cortes de cerca de 50%, o que significa que, quem está neste momento em idade ativa e a fazer desconto, provavelmente vai ver o seu rendimento diminuir quando chegar à reforma. António Ribeiro não tem dúvidas: a forma de superar essa situação passa por começar a poupar num PPR ou num fundo de pensões, "o mais cedo possível". "Se antes se dizia que essa poupança deveria ser feita a partir dos 40 anos, hoje podemos dizer que quanto mais cedo o fizer, melhor. Essa decisão permite-lhe aplicar em produtos com maior risco, com um investimento maior em ações com potencial de rendimento superior", sublinha. E pode-se dizer que o mercado português é atrativo para quem quer investir a longo prazo? "Existem no mercado cerca de 700 PPR, sendo que a maior parte já não permite novas subscrições. Os que estão disponíveis para subscrever são cerca de uma centena: uns sob a forma de PPR e outros sob a forma de fundo de investimento", conclui. ■

JE Tv

Esta entrevista está disponível em vídeo e podcast, em www.jornaleconomico.pt

ANÁLISE

Investimentos alternativos. Opções para todos os gostos

O risco faz a diferença mais uma vez. Por alternativo podemos citar as criptomoedas, os ETF, o ouro, ou o novo produto de poupança europeu.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

A definição clássica de investimento alternativo era aquele que não tinha liquidez e funcionava fora do mercado convencional. Analisámos as várias possibilidades e escolhemos aforro alternativo no sentido de novidades e vamos dividi-los por nível de risco. Vamos falar primeiro de uma novidade que se espera ver no mercado a 22 de março próximo e que é o PEPP ou Pan-European Personal Pension Product. Trata-se de uma opção de poupança para a reforma e não tem nada de semelhante com os conhecidos PPR nacionais. É um produto com a forma de seguro de vida, fundo de investimento ou fundo de pensões e pode ser adquirido em qualquer país da União Europeia. E esta é uma forma de superar a erosão de uma inflação elevada, mas também precaver um complemento de reforma. Dados de Bruxelas revelam que, dentro de 20 anos, a reforma será pouco mais de metade do último salário. Este produto – para além da característica da portabilidade – tem várias opções em termos de risco, sendo que a básica tem proteção de capital.

Ainda dentro das novidades, e embora não sendo um investimento alternativo no sentido convencional, tem tido forte procura e poderá vir a ser uma opção de poupança e reforma perante a inexistência de soluções de risco reduzido. Trata-se dos Certificados do Tesouro. São produtos do Estado, da responsabilidade do IGCP, a entidade gestora da dívida pública nacional, e que vão passar a pagar um prémio aos aforradores a partir deste mês. Estes produtos estão indexados à evolução da economia. E enquanto os Certificados de Tesouro Poupança Crescimento vão dar uma bonificação de 0,78% em janeiro, os Certificados de Tesouro Poupança Mais darão um acréscimo de 1,56% e em abril as mexidas serão ainda mais significativas. Os novos CTPV oferecem uma remuneração média de 1% e têm uma bonificação com o limite de remuneração nos 1,5%. A gestora de patrimónios BlackRock dá uma explicação para o que são os investimentos alternativos líquidos: caso dos ETF, dos fundos mútuos ou dos OICVM.

A opção recente e que está dentro da moda para os novos investidores é as criptomoedas

Risco

Mas falemos dos novos riscos. O ouro e as obras de arte são investimentos alternativos, mas o primeiro está sujeito às contingências dos mercados financeiros e o segundo à existência de especialistas com liquidez suficiente. A BlackRock fala ainda de opções como as aplicações em venture capital e o crowdfunding imobiliário, sendo que neste último caso o funcionamento é feito através de plataformas de financiamento coletivo que reúnem recursos de pequenos investidores. A opção recente, e que está dentro da moda para os novos investidores, é a das criptomoedas. Por isso, uma outra solução de risco passa pelo ativos digitais. O gestor de patrimónios Nuno Serafim, CEO da 2iQ Research, acredita que há setores que vão gerar liquidez e que são essencialmente de base tecnológica. Diz que esse facto irá acabar por definir o nosso futuro e consolidar o aparecimento de novas classes de ativos, caso das tokens. Mas a recente opção da FED – cuja atas indicam a possibilidade de uma subida antecipada das taxas de juro – e a redução do balanço da FED colocou as criptomoedas em "*bear market*". No entanto, a análise feita pela Bloomberg para 2022 para as tokens e para as criptomoedas – como a bitcoin e a ethereum – continuarão a fazer bons resultados e o target para a bitcoin é o nível dos 100 mil dólares. Diferente é a análise para criptoativos menos conhecidos como a Solana, a Cardano ou a Avalanche. Entretanto, a maior plataforma de criptomoedas do mercado juntou-se a várias entidades portuguesas – incluindo bancos, empresas de TI e advogados – para expandir a presença em Portugal. Refere uma nota de imprensa citada pelo "Negócios" que a Binance Ibéria irá "investir em Portugal, contratar talento local e promover projetos blockchain lançados por empreendedores portugueses". Entretanto, citado pelo "Eco", os espanhóis da BitBase anunciaram caixas automáticas de criptomoedas e a abertura física em Lisboa e no Porto. No ATM será possível comprar oito criptomoedas, incluindo a bitcoin. Aliás, esta dinâmica resultou num recordou de fusões e aquisições de empresas ligadas a este setor em 2021. O crescimento foi da ordem das 20 vezes no mercado mundial, com destaque para o norte-americano. O destaque foi para a compra da Galaxy Digital pela BitGo, numa operação de M&A da ordem dos 1,2 mil mlhões de dólares. Mas nestes investimentos "out of the box" há grandes novidades com a tecnologia blockchain, caso dos investimentos da tecnologia metaverso e que permite transacionar ativos digitais como as criptomoedas e as NFT ou non fungible token. O metaverso liga a realidade aumentada, a realidade virtual e as redes sociais e tem sido uma aposta das indústrias dos seguros, da banca e das telecomunicações, podendo chegar às viagens e ao automóvel. ■

Bloomberg

Como derrubar as barreiras à poupança e à preparação para a reforma

JOSÉ MARQUES
Director na WTW

Na hierarquia de necessidades relacionadas com o bem-estar financeiro individual, poupar deveria vir em segundo lugar logo após os gastos com necessidades essenciais. Poupar permite aumentar a capacidade de fazer face a eventos inesperados como morte, invalidez ou redução de rendimentos, situações essas que usualmente têm um impacto também emocional. Em terceiro lugar deveria vir a preparação para a reforma. No entanto, existem três barreiras à poupança e preparação para a reforma.

A primeira é o orçamento familiar não permitir muitas vezes poupar. Esta barreira só pode ser derrubada com melhores condições económicas. Existem, no entanto, ferramentas de orçamentação familiar que podem permitir ganhar algum espaço para a poupança.

A segunda barreira é a poupança e a preparação para a reforma não serem vistas com a relevância que deviam, muitas vezes devido a falta de informação útil. Por exemplo, é fundamental que se reforce a mensagem de que é quase um dado adquirido que as pensões da segurança social serão muito menores no futuro.

A terceira barreira surge quando até existe capacidade financeira, e uma correta perceção da importância de poupar e preparar a reforma, mas as ferramentas utilizadas não são as mais eficazes. A conotação negativa muitas vezes atribuída ao ato de investir faz com que, para uma grande parte da população, a única solução aceitável de poupança seja depositar o dinheiro no banco. Tendo em conta as expetativas de inflação atuais, 1,000 euros depositados hoje irão valer 650 euros daqui a 20 anos. Por outro lado, muitas vezes a melhor poupança é fazer um pagamento antecipado de um crédito ou comprar um seguro de vida para proteger a situação financeira da família.

Numa publicação recente do Banco Central Europeu, Portugal ocupava a última posição do ranking financeiro dos 19 países da zona euro. Dados os inúmeros fatores que afetam uma eficaz gestão do nosso bem-estar financeiro, as principais soluções que temos ao nosso dispor para derrubar estas barreiras são o desenvolvimento aprofundado da literacia financeira na escola e o apoio dos empregadores, que têm acesso a economias de escala, ao bem-estar financeiro dos seus colaboradores. Colaboradores felizes produzem mais.

com o apoio wtw

FÓRUM

Poupança para a reforma deve começar o mais cedo possível

Manter um nível idêntico de recursos na vida pós-ativa obriga a pensar num sistema de poupança desde cedo. A idade e o risco que quer assumir são nucleares para a tomada de decisões.

1. Qual a melhor solução/produto para acautelar a reforma?

VASCO CÂMARA
Diretor de Retirement na WTW

É importante reforçar a mensagem de que a poupança para a reforma é essencial para manter o mesmo nível de vida após a reforma e deve começar o mais cedo possível.
Existem vários produtos disponíveis no mercado para a aplicação de poupanças para a reforma e a questão que se deve colocar é qual a melhor solução para a situação particular de cada pessoa. Quem investe num produto para a reforma deverá ter em consideração o prazo do investimento (número de anos até à reforma) e o nível de risco que está disposto a assumir. Existem, por um lado, produtos com garantia de capital que têm baixo risco e, como consequência, um retorno esperado muito reduzido. Dentro deste tipo de produtos destacamos os PPR's na forma de seguro. Por outro lado, há uma vasta oferta de produtos cujo retorno depende da rentabilidade dos mercados de capitais, que vão do mais conservador até ao mais agressivo, permitindo que cada pessoa selecione aquele, ou aqueles, adequados ao seu perfil de risco e ao horizonte temporal até à reforma. Destacamos os fundos de pensões abertos e os PPR's na forma de fundos de pensões ou fundos de investimento.
Para a escolha dos produtos mais adequados é essencial um aconselhamento profissional para que cada pessoa possa tomar decisões informadas e assim gerir o risco e a expectativa de retorno.

OSCAR HERENCIA
Vice-presidente da Metlife para o sul da Europa e diretor geral para Espanha e Portugal

Quando falamos de poupanças a médio e longo prazo, em particular para a reforma, é importante diversificar os investimentos. Nesse mix devem estar incluídos os seguros de vida, não só por proporcionarem soluções de proteção específicas para a situação concreta de cada família, mas também por permitirem alguma otimização fiscal. Neste último ponto é importante referir que ainda se pode ir mais longe no tratamento fiscal desses produtos, para melhorar a rentabilidade das famílias e incentivar uma acumulação de poupanças.
Atualmente, a MetLife disponibiliza uma oferta de produto híbrido de risco e poupança - adequado para perfis que pretendam manter uma boa qualidade de vida na reforma. Existem ainda no mercado produtos com uma maior componente de risco, como os produtos de capitalização Unit Linked ou outros com maior sofisticação financeira.
Há muito que defendo a criação de mais incentivos para que os pequenos aforradores tenham acesso a mecanismos que lhes permitam complementar, desde já e por sua própria iniciativa, as suas reformas. Estou certo de que, com os incentivos fiscais adequados, a procura por estes produtos vai crescer exponencialmente e as próprias companhias de seguros – por razões concorrenciais – vão diversificar ainda mais a oferta, beneficiando o mercado e o cliente.

ANA MOTA
Diretora de Saúde, Vida e Previdência da MDS Portugal

Acautelar a reforma é um imperativo nos nossos dias, mas antes de mais é importante perceber que não há uma solução ideal única. Há três fatores a considerar na seleção que cada um deve fazer: idade, capacidade de poupança e aversão ao risco.
Adicionalmente, deverá ser tido em conta a expectativa para essa poupança e o nível de complementaridade de rendimento na reforma que se espera obter.
Os mais jovens têm mais tempo para acumular ativos, podem arriscar mais, pois anos menos rentáveis serão compensados por anos de rendimentos mais elevados. Se esta poupança for iniciada apenas a partir dos 50 anos o esforço financeiro terá de ser maior e, provavelmente, a opção passará por produtos com menor risco.
O mercado segurador, incluindo as sociedades gestoras de Fundos de Pensões, tem um amplo leque de produtos adequados à poupança para a reforma, quer para empresas quer para particulares. Desde os PPR's aos Seguros de Capitalização ou às adesões a Fundos de Pensões, a oferta é muito variada. Com uma oferta tão alargada é possível ter uma solução adequada a cada perfil de risco. Mas será uma mais-valia contar com o aconselhamento de um consultor especializado para efetuar uma escolha adequada e consciente, ajudando a definir quando, como e onde poupar e investir.

PEDRO LINO
CEO da Optimize

Portugal, assim como grande parte dos países desenvolvidos, está a menos de 15 anos de iniciar a travessia pelo inverno demográfico, com os pensionistas a receberem 66% ou até mesmo metade do seu último salário. Para acautelar um cenário em que a contribuição da Segurança Social apenas cobre um mínimo de sobrevivência, ainda por cima tendo em conta o período de inflação que se avizinha, é necessário que cada cidadão pense em alternativas. A solução que melhor acautela a constituição de um complemento são os PPR – Plano Poupança Reforma, que têm dois incentivos à poupança e ao investimento: incentivo fiscal através da dedução à coleta de até 400 euros e a tributação no momento do resgate até 8%, o que compara com 28% dos outros produtos, incluindo juros de depósitos a prazo. Este produto tem ainda a vantagem de permitir a mudança de estratégia, de um PPR moderado, para um PPR mais agressivo e vice-versa, sem ter de pagar impostos. A tributação ocorrerá sempre no ou nos vários momentos de resgate. Ao subscrever um PPR sobre a forma de Fundo de Investimento, com reforços mensais, trimestrais ou anuais, estamos a criar não só uma poupança, mas um investimento que funcionará como uma almofada que pode ser levantada consoante as necessidades financeiras, como por exemplo complemento de reforma ou até pagamento das prestações de crédito habitação.

RUI GUERRA
Partner da Mercer

Apesar de a cultura de poupança para a reforma ter vindo a aumentar em Portugal, ainda está longe do que se passa em outros países europeus, onde as pessoas iniciam a poupança para a reforma desde o início da sua carreira. Há muitas formas de poupar para a reforma, nomeadamente, através da constituição de aplicações financeiras, para as quais se aloca uma parte dos rendimentos da pessoa, ou através de veículos que foram constituídos especificamente para o objetivo de reforma. Se estivermos a pensar na situação de colaboradores, é comum, atualmente, as empresas que disponibilizam planos de pensões disponibilizarem alternativas para os seus colaboradores, nomeadamente, 'fundos' com maior peso em ações que terão mais volatilidade, mas que provavelmente permitirão retornos mais elevados. Dessa forma, serão mais adequados para pessoas mais jovens e fundos com maior peso em obrigações/liquidez que terão provavelmente no longo prazo menor rendibilidade, mas terão menor volatilidade e, dessa forma, poderão ser adequados para quem está mais perto da reforma. Para poupança individual existem vários veículos nomeadamente PPR (Plano Poupança Reforma), seguros de capitalização, Fundos de Pensões Abertos e Certificados de Reforma, com diferentes alternativas para perfis de risco diferentes.

PEDRO COELHO
Administrador da Square Asset Management

O tema Reforma - e como a podemos acautelar - é algo que deve estar na mente de todos os portugueses, porque a única garantia é que, independentemente da nossa idade, iremos receber menos do que aqueles que, nas mesmas condições e anos de trabalho, decidiram reformar-se. Assim, e face à insustentabilidade do atual sistema, a única forma de superarmos esta situação é a de o cálculo da reforma ser constantemente descendente, não esquecendo que os problemas demográficos só irão acentuar esta tendência. Tradicionalmente, os portugueses são avessos ao risco e com um baixo nível de literacia financeira. Desta forma, e cientes desta realidade, a solução deveria passar por um aumento gradual da poupança, através do investimento em produtos que efetivamente tenham retorno. Uma poupança que deveria ser reforçada todos os anos, mas que também vá crescendo pela rentabilidade dos produtos onde se investe. Uma boa solução passa por aplicações indiretas através de Fundos de Investimento. São uma forma mais eficiente e de menor risco pois estamos a entregar o nosso dinheiro a profissionais e, indiretamente, investimos em diferentes ativos. No entanto, é preciso não esquecer as comissões cobradas - especialmente as comissões de subscrição e de resgate, já que as de gestão já aparecem deduzidas nas rentabilidades dos produtos. Os Fundos PPR têm adicionalmente benefícios fiscais. Os Fundos de Ações são mais voláteis, mas, se bem escolhidos darão um maior retorno no longo prazo. Face à atual conjuntura económica, com taxas de juro historicamente baixas, os Fundos de Obrigações são menos atrativos. Finalmente, os Fundos Imobiliários são, historicamente, um refúgio de baixa volatilidade e retorno atrativo e sem sobressaltos.

JORGE NEVES
Diretor Comercial na IM Gestão de Ativos

A melhor solução para acautelar a reforma passará certamente pelo tradicional balanceamento entre os 1º, 2º e 3º pilares da temática da reforma, ou seja:
Abordando diretamente o 3º pilar, que é aquele que podemos controlar mais facilmente, a poupança privada que todos deveremos constituir, geralmente sob a forma de um Fundo PPR que conjuga o efeito de capitalização com benefícios fiscais que promova a diversificação dos investimentos por diversas classes de ativos e geografias em função do nível de risco em que o investidor queira e possa incorrer.
Para isso, temos os IMGA Poupança PPR, o IMGA Investimento PPR e o Eurobic PPR/OICVM Ciclo de Vida, este último um produto que tem a particularidade de o perfil do investimento se ir adaptando à faixa etária do investidor ao longo do tempo. Temos ainda o 1º pilar, que é o sistema estatal de distribuição (Segurança Social), um sistema que não está desenhado para pagar pensões de reforma compagináveis com o último salário auferido, que na maioria dos países desenvolvidos está limitado a um teto máximo e que apresenta grandes fragilidades, principalmente com a estrutura demográfica atual. Depois teremos o 2º pilar, ou seja, uma poupança em sistema de capitalização, geralmente um fundo de pensões, promovido pela entidade empregadora (com ou sem contribuições dos colaboradores).